

## Memória e ideologia: a propósito do discurso jornalístico<sup>1</sup>

Lucília Maria Sousa Romão (USP)\*

*“O que será que será/ (...) Que está  
na fantasia dos infelizes”*

Chico Buarque

RESUMO: Esse artigo discute, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, como os sentidos são estabilizados, rompidos e/ou deslocados no discurso jornalístico. Mobilizando os conceitos de interdiscurso e ideologia, propostos por Michel Pêcheux, interpreto dois textos de Xico Graziano, publicados no jornal “O Estado de S. Paulo” nos meses de novembro e dezembro de 2004.

Palavras-chave: Sujeito; Ideologia; Memória; Discurso jornalístico.

### Introdução

A narrativa é um gênero que percorre a história da humanidade de diversas formas, travestindo-se de relato fantástico, contos de alumbramento, fábulas, conflitos inventados sob o império da fantasia e derivados do desejo de suportar, falsear e/ou recriar a realidade. Enredos se enovelam uns nos outros e dialogam de tal modo que, às vezes, personagens, objetos mágicos e dramas repetem a mesma cantilena do bem *versus* o mal. No campo da literatura, tais elementos tornam fecundo o jogo tenso de disputas entre heróis e vilões movidos pelo maravilhoso universo das paixões humanas. Agora, quando tudo isso é transposto para as páginas do jornal, materializa-se o tom imaginativo e impressionista que ceifa a análise crítica e, não raro, dá espaço à superficialidade da apelação. Vale aqui ressaltar que essa forma de narrativa marcada pela confrontação entre bem e mal não é o único modo de funcionamento do discurso jornalístico, mas é, sim, o predominante nas análises que se seguem.

Dois artigos do agrônomo Xico Graziano, publicados no jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) no prazo de um mês, se apresentam como exemplares seletos da mesma espécie: ambos primam pelos efeitos de sensacionalismo no mesmo estilo do que pior se instalou na fauna televisiva. A apresentação de elementos fantásticos, seres exóticos, aberrações e anomalias que rendem audiência, já não é novidade na tela: o homem-peixe entra no auditório de braços dados com a criança envelhecida precocemente sob aplausos da platéia histórica entre intervalos de anúncio e chamadas publicitárias. O objetivo desse grande circo eletrônico

\* [tantpalavras@uol.com.br](mailto:tantpalavras@uol.com.br) ou [luciliamsr@ffclrp.usp.br](mailto:luciliamsr@ffclrp.usp.br)

é fazer o leitor consumir exceção como se ela fosse regra, e “o consumo é, ele mesmo, uma forma de mediação, à medida que os valores e significados dados de objetos e serviços são traduzidos e transformados em linguagens do privado, do pessoal e do particular” (SILVERSTONE, 2002, p. 150).

No jornal impresso, os espaços do sensacionalismo e da ordem do privado sempre estiveram atrelados à imprensa marrom e a órgãos de pouca credibilidade. Por isso, causaria estranheza o encontro de um texto com tais efeitos de sentido nas páginas do jornal O Estado de S.Paulo, órgão tido como valorizado pela qualidade e seriedade de seus articulistas e matérias. Causaria, se a linguagem fosse terreno de regularidade lógica, engrenagem de exatidões e fruto de concepções neutras; pressupostos totalmente descartados pela Análise do Discurso de filiação francesa, teoria que sustenta esse trabalho.

Nessa concepção, a ideologia é constitutiva dos atos de dizer, posto que ela se define como o mecanismo que naturaliza sentidos para o sujeito, tornando-os evidentes, óbvios e naturais. Sobre isso, ORLANDI (2003) afirma que:

Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (...) a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (ORLANDI 2003, p. 46).

O sujeito é, então, entendido como sujeito do discurso, uma posição assumida a partir de condições materiais específicas, posição esta afetada pelo lugar que ocupa na conjuntura de poder. Tal concepção apresenta um giro teórico de grande envergadura para os estudos da linguagem, posto que introduz não mais a exatidão das generalizações e das homogêneas categorias nem dialoga com a previsibilidade de respostas esperadas, mas desloca-se teoricamente para um campo, que leva em conta o terreno movediço das formações ideológicas, do sujeito e do sentido (PÊCHEUX, 1988). Assim, o sentido nunca é totalmente controlado pelo sujeito, podendo sempre ser outro e, assim, escapar de maneira imprevisível para um lugar diferente. Esse terreno do novo apresenta-se propício para que a teoria sempre se abra a cada estudo, reestruture seus postulados à medida que outras análises surjam e, por fim, não se constitua como um bloco monolítico de conceitos a serem somente reproduzidos e aplicados.

Também vale destacar que as bordas e as sobras dos dizeres, as falhas e as faltas da linguagem, os equívocos do sujeito se enovelam como indícios imprescindíveis para compreender o funcionamento da linguagem, ou seja, o que nas teorias da comunicação era conhecido como ruído, falta de exatidão da mensagem, imprecisão do emissor, erro do código, é justamente o lugar em que a ideologia e o inconsciente cavam sua espessura mais significativa, reclamando significação. Como um caçador de pistas e vestígios (GINZBURG, 1989), o analista deve se colocar nessa banda larga em que a falha, a opacidade, a incompletude e o silêncio significam, e significam muito.

Com tais conceitos, a escola francesa de Análise do Discurso assume-se como uma teoria materialista da linguagem, que aloca com especial atenção os sentidos do silêncio. Para ORLANDI (1997), ao dizer, sempre calamos, isto é, há um silêncio constitutivo da linguagem, pois sempre que o sujeito “escolhe” uma formulação, ele deixa de dizer (várias) outras. Ao materializar o seu dito em uma formação discursiva e ao se inscrever em uma determinada região da memória, o sujeito apaga e esquece que aquele não é o único modo de dizer e, nesse movimento, a injunção ideológica faz falar sentidos no/pelo silêncio.

Há ainda um último pilar importante a juntar-se a estes dois, o conceito de memória do dizer, segundo o qual as palavras guardam rastros dos sentidos de seus usos sociais em outros contextos e inscrevem regiões do já dito e redito em outros lugares, que não aqueles em que elas são usadas. Dessa forma, o discurso se atualiza a partir de um diálogo explícito ou não (e muitas vezes o sujeito não tem consciência disso) com outros discursos, outros dizeres e outros sentidos. Tal processo não é estático nem se repete de modo sempre igual, ao contrário, é dialético, posto que, ao serem atualizadas, as palavras sofrem desvios, deslocamentos, apagamentos, rupturas e/ou manutenções (PÊCHEUX, 1997).

Com base nos conceitos de ideologia, sujeito e memória, passo agora a trabalhar com a interpretação de dois textos, publicados no jornal O Estado de S.Paulo nos meses de novembro e dezembro de 2004, cujos títulos são “*Coração invadido*” e “*Barril de pólvora*”, e dizem respeito ao tema reforma agrária a partir da narrativa de dois casos. Acredito que o gesto de interpretação não é experimentado da mesma forma por todos os leitores do jornal, posto que demande o acesso à memória discursiva, sustentadora de toda significação e a remessa aos contextos sócio-históricos em que as palavras foram geradas. Desse modo, apresento aqui apenas um exercício interpretativo de construção de sentidos, exercício que não é único, mas pelo muito que de polissêmico a linguagem guarda, sempre pode ser diferente.

## **1. Capítulo primeiro: quando um coração é invadido**

O primeiro artigo conta a história de D. Nise com riqueza de detalhes e com dados pessoais de pouca relevância para a compreensão da questão agrária nacional. Assemelha-se à exposição das entrevistas de tragédias nos programas televisivos, nos quais a platéia come com voracidade os requintes de crueldade da fala de um seqüestrador ou bebe avidamente os depoimentos raivosos de um casal em litígio. O texto baseia-se em uma seqüência factual, pontuada por muitas datas e referências temporais, que relembram a estrutura das narrativas infantis, conforme recortes a seguir marcam: “tudo começou em 1939”, “tempos depois”, “desde então”, “passaram-se os anos”, “tudo corria bem. Mas o destino aprontou uma peça”<sup>2</sup>. Essa materialidade lingüística faz falar o efeito de uma pueril historinha, a ser contada com didatismo para o leitor, o qual precisa acompanhar todas as etapas do enredo a partir das marcações do tempo para compreender os fatos com precisão. O leitor é convidado a viver e incorporar passo a passo a tragédia do personagem, experimentando o sofrimento da família Borges de perto, na própria carne. O efeito de piedade vai se alargando lentamente à medida

que “os azares da vida” são narrados e “a tristeza causada pelo progresso” é noticiada. O desejo de viver os “seus dias juntos em paz” é tão puro quanto o de Cinderela ir ao baile.

Por isso, o “coração invadido” remete o leitor à memória socialmente construída para o órgão físico, atribuído aos sentimentos e emoções, símbolo vital dos batimentos da vida e responsável pelo bombeamento do sangue no corpo, que não o remete ao cérebro ou à racionalidade para discussão da questão agrária ou da reforma agrária. Tal associação, da reforma agrária a coisas do coração, promove a emergência de “uma tristeza para os pobres sitiados que construíram (...) um patrimônio erguido com muito trabalho” e dialoga com o fim do estado de felicidade e plenitude que a família experimentava antes dos funcionários públicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) chegarem. Para esse sujeito, é doloroso instalar-se em dizeres que materializem a divisão de terra no plano social, econômico e político, que até a “complicada (...) separação litigiosa de D. Nise” agudiza o quadro de lamentos, manifestando uma dor muito pessoal e particular em lugar do tema político.

O sofrimento cumulativo é disponibilizado ao leitor para que ele se torne *voyeur* da tragédia alheia e passe a ser metáfora de todas as histórias de desapropriação de terra no país e, em um movimento metonímico de tomar uma parte no lugar do todo, o sujeito desse discurso constrói uma narrativa como se ela fosse a única possível de ser dita, como se ela representasse todas as histórias constantes dos arquivos do INCRA e como se ela correspondesse à verdade dos fatos e, assim, o jornal estampasse uma narrativa tão real, que mereceria todo crédito do leitor. A partir dos estudos de SILVERSTONE (2002) e ARBEX (2001), é possível apreender que objetividade, credibilidade e informatividade são atribuídas ao relato jornalístico, muito embora não sejam correspondentes à invenção diária de versões. A isso se soma o postulado da não transparência da linguagem, tal como já apresentei antes, ou seja, onde se pretende ler a fotografia do fato e/ou a informação pura, há um sujeito impulsionado pela ideologia, que enuncia a partir do lugar que esta lhe permite enxergar e dizer.

Por isso, há outra região de sentido, que fica silenciada (ORLANDI, 1997), apagada pela ideologia dominante, quando o sujeito lança mão da narrativa de D. Nise para discutir reforma agrária. Já no texto de Tânia Andrade<sup>3</sup>, agrônoma e diretora do ITESP no período de 1995 a 2001, na época responsável pelo caso, outra posição sujeito se materializa, a saber, aquela que discute o caso da desapropriação de terra com base em outros sentidos; que é afetada por outra região de poder e que é constituída por outros pontos da rede da memória (ROMÃO, 2003). O recorte a seguir indica o que estou falando:

“A família Borges espelha bem a situação da região: uma única família domina várias fazendas contíguas: Santo Ivo, Jamaica, Santa Clara e Santa Adélia I e II. Juntas essas áreas são equivalentes a quase 200 módulos rurais (...) Dona Nise Borges não é uma pobre sitiada, mas seus 67 hectares cercados de benfeitorias (e que sequer foram vistoriados) são o remanescente da ‘divisão em vida de sua propriedade para os filhos’. Provavelmente a sede da antiga fazenda de 5 mil hectares (...)”

Ocupando aqui outro lugar no discurso, a família Borges não é narrada como representante dos pequenos produtores rurais ou da agricultura camponesa, mas é falada como detentora de um domínio de terras, um complexo de propriedades com medidas que, em muito, distanciam-se dos sitiantes brasileiros.

Em um país onde 47% do território estão nas mãos de 1% da população, o "coração" em curso não pode ser tomado como regra. Mais ainda, ao fazer a defesa das dores de uma família de fazendeiros, fazendo-os passar por pobres sitiantes, o sujeito borda uma fantasia e a discursiviza como informação real para o leitor do jornal. Ao fazê-lo, ele deixa de falar de famílias que realmente perderam sua vida a tiro de capanga, desviando-se de regiões indesejáveis e de sentidos que pudessem materializar movimentos de resistência, luta e/ou reivindicação do sujeito sem-terra, índio, escravo, por exemplo. Também silencia alguns sentidos dados pelas condições de produção da realidade nacional, em que famílias do campo são expulsas de suas terras sob ameaça de morte, despejo e fome; em que camponeses são ludibriados por meio de dívidas impagáveis e em que seres humanos são mantidos como escravos em lavouras do interior do país. O "coração invadido", no singular, apaga tantos outros corações invadidos, no plural, vilipendiados e massacrados, ao longo de quinhentos anos de violência e concentração de terra, presos pelos gonzos de tiros, ameaças e expulsões.

Posto isso, é possível dizer que o texto publicado no Estadão discursiviza apenas o bater de um coração, a saber, a caricata dor da família Borges, que é ameaçada e roubada pela suposta crueldade e falcatrua dos órgãos públicos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Quando se refere ao ITESP e ao MST, o sujeito coloca-os no lugar daqueles que desconhecem a lei ou agem de má fé, usurpando o patrimônio alheio. Vistos como agentes de "falcatruas ideológicas", "barbaridade", "maledicência" e "equivoco cometido", eles cometeriam distorções jurídicas e técnicas e, assim, agiriam na zona nebulosa da incompetência e da desonestidade, não merecendo credibilidade. A condenação de esferas do Executivo, discursivizadas pelos efeitos de roubo, logro e ardileza, desenha o rosto de uma bruxa malvada que, ao sabor da própria crueldade ou imperícia, engendra o mal, aterrorizando o "coração que sofre" e maculando a vida de D. Nise, já tão cheia de dor.

A retórica de atingir o MST com tais sentidos não é novidade, há muito que o discurso jornalístico tem materializado efeitos de hostilidade em relação a esse movimento, marcando-o com o lugar de banditismo, ilegalidade e quadrilha fora-da-lei (ROMÃO, 2002). Agora, fazer com que tais sentidos respinguem no Executivo é um dado novo, um efeito de atualização dessa retórica, um acontecimento discursivo, em que os sentidos estabilizados se reorganizam de outro modo (PÉCHEUX, 1997). Tal deslocamento da condenação para novo e outro campo irrompe e é determinado pela atual conjuntura sócio-histórica, em que o cargo de presidente da República é experimentado pela primeira vez por um operário padrão (INDURSKY, 2003).

É interessante observar que a estratégia discursiva do sujeito, mostrada nos/pelos recortes, não se fixa no campo da argumentação, como se pretende o texto jornalístico; mas prende-se à polarização simplista de uma narrativa em que o bem e o mal digladiam-se, de maneira estereotipada, com os papéis e personagens já apresentados. Desse modo, criam-se os contornos para uma peça reles, de má qualidade, que nem de longe toca o encanto dos enredos dos contos fantásticos.

## 2 Cenas dos próximos capítulos: o enredo que se repete

Mês depois, a mesma posição-sujeito e os efeitos do mesmo enredo (bem X mal) continuaram a ocupar as páginas do mesmo jornal, agora com o artigo “*Barril de pólvora*”, do mesmo autor. Nele, não mais o espaço bucólico de um pequeno sítio, mas o cenário de usinas de açúcar e álcool, estruturadas pela monocultura, mecanização e concentração de terra. O maior pólo produtor e exportador de açúcar e álcool, enraizado na região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, é responsável por cifras lucrativas de muitos zeros e acordos políticos de solidez invejável. O setor sucro-alcóoleiro, peso-pesado nas estatísticas da balança comercial brasileira, cunhou para a cidade o título de “capital nacional do agronegócio”. Apenas um olhar iniciante sobre a topografia da região é capaz de observar o imenso mar de canaviais, que abraçam a cidade e inundam o horizonte. Por onde a cana passou, deixou um rastro de pouquíssimas reservas nativas e quase nada de floretas originais da região, mas construiu rodovias e estradas de boa qualidade, tão necessárias para o escoamento da preciosa matéria-prima. Há tempos atrás, a mão-de-obra infantil e escrava ainda compunham o panorama das relações trabalhistas por aqui; hoje desfilam ônibus de rurais com bóias-frias sugados até o tutano em horas de serviço braçal desumano, com registro em carteira, como se a dor documentada doesse menos.

Foi nessa cidade que o Partido dos Trabalhadores (PT) viu nascer o atual ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, eleito prefeito por duas vezes e articulador importante do setor em discussão com apoios de campanha a Lula no último pleito. Viagens oficiais do presidente já levaram, na bagagem, representantes das usinas para fechar negócios no estrangeiro. A Agrishow, maior evento-*fashion* de maquinaria, insumos, implementos e tecnologias para o setor, já foi visitada por Lula com direito a palanque e encontro partilhados com usineiros e grandes ruralistas. Esses indícios dão conta de uma leitura: a cidade passou a ser representada, falada e propagandeada por um grupo e em nome dos negócios de uma minoria. Os títulos de “Califórnia brasileira” e de “Capital nacional do agronegócio” designam e instalam uma representação para a cidade, ou seja, uma escritura social a partir da produção agrícola, em consonância com o que apresentei até aqui, e criam uma memória discursiva sobre a cidade, sua economia e seus moradores. É importante marcar que é a ideologia que naturaliza e torna evidentes tais *slogans* tão convidativos, como se eles fossem a representação dos fatos puros, isto é, a forma de nomear mais evidente e natural.

À condição desses títulos, a cidade responde com um crescimento constante e gradativo da favelização (o jornal Folha de S.Paulo Ribeirão divulgou recentemente que há trinta e duas favelas na cidade) e com um aumento das gritantes desigualdades entre os condomínios fechados nos bairros nobres (em franca expansão, diga-se de passagem) e a periferia. O espaço urbano, marcado por abismos de distâncias sociais, apresenta-se como palco de focos de confrontação, e a cidade, que antes contemplava a massa pobre com mínimas condições de sobrevivência, ora empregando-a fartamente na lavoura como bóia-fria, ora no comércio formal ou informal, agora não acolhe todos sob o manto da

empregabilidade, tornando o desemprego uma realidade cada vez mais próxima do cidadão comum. Esses dados são reveladores para a compreensão das condições de produção em que os discursos são gerados (PÊCHEUX & FUCHS, 1990) e marcam a distância entre o enriquecimento do agronegócio e o empobrecimento dos trabalhadores, indiciando quais posições, de manutenção e/ou ruptura de tal ordem, entram em confrontação no funcionamento discursivo do texto “Barril de pólvora”<sup>4</sup>, que apresentarei a seguir.

Já no título, o sujeito faz falar o perigo da explosão e a expectativa de um cenário de destruição, cujos efeitos avassaladores estão prestes a se mostrar. O que, em uma leitura ingênua ou literal, seria apenas um alarde sensacionalista, pode ser lido a partir da memória de sentidos já construídos pela/na narrativa do bem versus o mal, que aqui é, de novo, atualizada. Mesmos personagens vitimados, mesmo conflito rasteiro e mesmos algozes desonestos, vindos do movimento social e da esfera pública: a cadeia de sentidos, que se instala aqui, reclama uma leitura intertextual e retoma a inscrição de um já-dito e um pré-construído (PÊCHEUX, 1994). Melhor dizendo, para compreender os sentidos desse artigo, é preciso ter acesso ao arquivo, ou seja, ao conjunto de textos produzidos e pertinentes a esta questão e também ao conjunto de textos produzidos por certo autor para que a remessa de dizeres já-lá construa uma teia intertextual de sentidos que faça circular as várias possibilidades de leitura e apresente os textos como ecos de uma cadeia. Para o leitor ingênuo, que lê os fatos do jornal de maneira estanque e não tem acesso às marcas dessa memória do dizer, o discurso jornalístico passa a ser apenas uma somatória de fatos sem encadeamento, sem possibilidade de ligação e sem gesto de interpretação, e passa a ser interpretado pela leitura literal das palavras.

De um lado, está “o centro da agricultura mais evoluída”, “uma jóia ambiental”, “essa raridade ecológica que se chama Fazenda da Pedra”, que prima pelo “zelo com as matas nativas” e se localiza na “Califórnia brasileira”. Jóia e raridade materializam lingüisticamente preciosidade, valor exagerado, objeto suntuoso de importância indiscutível, sentidos estes que vêm acompanhados pelos atributos de preservação ambiental, respeito e conservação das matas nativas. Dito dessa forma, o sujeito se instala na posição de defesa, não só da referida fazenda (que, aliás, se chama Fazenda da Barra e não Fazenda da Pedra), mas do agronegócio como modelo de evolução, modernidade e desenvolvimento, silenciando que o contrário disso é entendido como modelo de atraso, privação e retardamento.

Assim, ao evocar o imaginário de progresso, prosperidade e preservação ambiental para a cidade, o sujeito oficializa a compatibilidade entre o agronegócio e a conservação da natureza, como se essa equação de equivalência fosse transparente e direta. Os danos ambientais de várias naturezas desaparecem como se não existissem. Apenas a título de esclarecimento, a poluição do ar na região, derivada das queimadas de cana, coloca abaixo esses sentidos de higienização. Mas o sujeito os produz como efeito de evidência e literalidade (ORLANDI, 1996). A formulação “o que se verifica na terra do ministro Palocci não tem paralelo na história dos conflitos agrários” coloca frente a frente dois espaços, a saber, terra de Palocci X conflitos agrários sem precedentes. Chamo a atenção do leitor para as formações ideológicas que se repetem sob o manto da materialidade lingüística. Os estereótipos de bem X mal funcionam discursivamente de modo a, de um lado, promover a cidade a partir da exposição do nome do seu filho mais nobre, famoso pelo cargo que ocupa e,

de outro, a exibição de um “escândalo” inédito e uma “barbaridade”, capazes de macular o paraíso.

A região de Ribeirão Preto, que, no início do texto, foi chamada de “Califórnia brasileira”, passa agora a ser designada como “terra do ministro Palocci”, ou seja, não se trata da terra de qualquer um, nem da terra do povo da cidade, mas do ministro da Fazenda, o que tenta naturalizar sentidos de que um nome próprio de peso no cenário político consubstancia a geografia de toda uma região. Ao promover essa sinapse bem-Palocci-agronegócio, a cidade é alinhada à classe social dominante, a uma só atividade econômica e à esfera de poder do capital. Dito isso, tal discurso põe em movimento sentidos de que há explosivos suficientes e pólvora destruidora do MST e do Ministério Público, capazes de implodir a ordem de produtividade agrícola, assegurada pelo estatuto jurídico e pelo Estado democrático.

De acordo com a Análise do Discurso, o dizer sempre é determinado pelo lugar social que o sujeito ocupa e, no nosso caso, a posição manifesta é aquela que está em sintonia com a terra concentrada; que faz parecer estranha e ilegítima a mobilização dos homens do campo e da cidade e que sinaliza um estado de bem-aventurança social para todos os moradores de Ribeirão Preto, apagando as pegadas da desigualdade de posses, acessos e terras. Para justificar (-se) nessa posição, o sujeito faz (-se) falar no lugar de confiança dos fazendeiros, esboçando passos de cumplicidade com a dor e sofrimento deles. Isso se manifesta, pois, de novo, há narração da história de vida do “*infeliz investidor*”, que arrancou apenas um pedaço da mata, comprou uma área rural inocentemente e entrou em “*um inferno astral*”. Mais uma vez consolida-se a imagem do fazendeiro no lugar de vítima de cidadãos mal-intencionados, de líderes do MST e de um certo promotor.

Dessa forma, o artigo discursiviza, novamente, um conto da carochinha, apoiado em caricaturas tão grosseiras quanto risíveis. Assim, o caso da desapropriação de uma fazenda, na região de uma das maiores concentrações de riqueza do país, passa a ser visto como conflito pessoal, descolado da ordem social, política e econômica. De um lado, os fazendeiros têm assegurada a idoneidade de sua reputação ilibada e são colocados como heróis; de outro, malfeitores, designados como “*algozes*”, “*justiceiros agrários*”, tentam instalar o crime organizado, agora com apoio não do Executivo, mas do Ministério Público.

Como toda Gata Borracheira reclama uma madrasta malvada, terrível e cruel, entram em cena os personagens delineados para representar a destruição: “gente armada de facões”, que promove “um festival de horrores” e cuja atuação “parece um filme de banguê-banguê”. Evoca-se aqui a inscrição social desse tipo de filme e a memória construída em torno dele: tensas trocas de tiros, faroeste distante com justiceiros dando pontapés em portas de madeira e garrafas quebradas como fundo musical. Ao instalar o retorno desse já-lá, o sujeito atualiza-o no cenário do agronegócio, em cujo relevo é desenhada a seguinte linha fronteira: de um lado, o que é estratégia jurídica e produtiva economicamente, no caso aquela empreendida pelos ruralistas e, de outro, o que é tática de guerra, sabotagem do estado de Direito, destruição da ordem e da produção agrícola moderna, aquela deflagrada pelas ações do MST e do Ministério Público.

No discurso desse sujeito, os dois últimos personagens são talhados com sinais de “molecagem” e como donos de “argumentos malandros” e, assim, por serem moleques, seres infantis e meninos de pouca idade, não merecem credibilidade nem respeito, posto que não há

legitimidade nem legalidade na luta que executam, até porque não têm maturidade para isso. Já não é novidade que os órgãos de imprensa têm primado em usar invadir, ao invés de ocupar, modelando efeitos de criminalização dos camponeses organizados politicamente como sentidos dominantes, evidentes e únicos de serem ditos.

E eis aqui o trabalho da ideologia, que é justamente este: tornar um sentido óbvio e natural para o sujeito e deixar que todas as outras possibilidades de dizer fiquem adormecidas. Mas, aqui, há um deslocamento, de novo, e uma substituição, que desestabilizam tais sentidos dominantes. Não é tão somente a luta política dos sem-terra que se condena, não são somente as condições sociais de desigualdade que se silenciam, mas atribui-se ao Ministério Público a conivência com o crime e o deturpação da ordem jurídica. No texto anterior, efeitos de incompetência técnica, má-fé e fraude se ligavam ao Executivo; aqui sentidos de ilegalidade, corrupção e “escândalo jurídico” são atribuídos ao referido Sistema de Justiça.

“Quem, de fato, comanda o movimento, é o promotor público de Ribeirão Preto. Isso mesmo, o homem pago para fazer valer a lei é que incita ao crime de esbulho”, e isso manifesta “um terror para a democracia” (apenas o significante terror daria espaço para outro artigo). Ao acusar o promotor público com essa formulação, o sujeito é interpelado pela ideologia dominante, que sempre viu os representantes da Lei e os homens do Direito como fiéis escudeiros da/na cadeia de manutenção de privilégios, acordos e negociatas, sempre aliados dos proprietários de terra. Essa ordem cristalizou-se de tal maneira que é prática aceita socialmente (e obrigatória, por que não dizer?) a ação do Judiciário (do Ministério Público e do Estado de Direito) em defesa dos detentores da terra e do capital e, assim, torna-se abominável que uma voz dessa esfera enuncie de outra região de poder, rompendo o discurso dominante e mobilizando outros campos semânticos, por exemplo, a função social da terra e a impunidade, no cotidiano de seu trabalho.

Por conta disso, a formulação “o clima de impunidade que acomete o campo, a Nação assistindo à Constituição sendo rasgada por bandidos sociais, está-se agravando” deve ser lida no/pelo seu avesso: as desigualdades sociais e o clima de indignação de trabalhadores (sejam do campo, da cidade ou de quaisquer órgãos) têm forçado a leitura da Constituição a partir de um outro viés, interpretando as leis pelo que elas não garantem à maioria, pela mentira que elas virtualizam como direito e pelo pouco que asseguram como acesso prático à cidadania e, por fim, pelo tanto que elas fizeram calar a representação de trabalhadores, escravos, analfabetos e pobres, que, muitas vezes, nunca viram um código de leis. O mérito do trabalho de alguns juízes e promotores é justamente apossar-se dos fragmentos roubados e das brechas caladas dessa Constituição, tornando público o que foi apagado na nossa prática social, rasgado, aí sim, rasgado, ao longo de quinhentos anos de exploração e exclusão social.

Por fim, o novo perfil do acampado é revelado ao longo do texto, que, envolto em ironias (em vários momentos, ele escreve exatamente o contrário dos que os efeitos do seu dizer insinuam), assegura que “boa parte dos supostos sem-terra se compõem de desempregados urbanos, pobres coitados, iludidos pela cantilena pseudo-revolucionária do MST” e que “essa deformação fica pequena quando se observa a enorme quantidade de oportunistas imiscuídos entre os invasores”. Quantos carros existem entre os barracos de lona preta não julga o mérito da propriedade e/ou os crimes de seus donos, tampouco, dialoga com a ação judicial que tramita há quatro anos na Justiça, mas o sujeito desse discurso se

“esquece” disso e desloca o ponto nodal da questão agrária para um campo paralelo, tangenciando-se da verdadeira ferida.

Essa estratégia discursiva é sintomática de que há sentidos interditados pela ideologia, que não podem ser falados em hipótese alguma e que precisam ser recalçados. Acredito que, para um estudo minimamente sério sobre os novos sem-terra da “Califórnia brasileira”, não bastam dois ou três depoimentos soltos, derivados de entrevista encomendada e deslocados da real conjuntura sócio-histórica que afeta o país e a cidade. Também é preciso mais do que um bom enredo. Mas, como o sujeito e o sentido não são lógicos, normatizados nem categorizáveis, é justamente nesse lugar que o discurso jornalístico implanta a narração como elemento fantástico sob o efeito de informatividade.

### Considerações finais

Com esse trabalho, busquei discutir como alguns sentidos são estabilizados e mantidos no discurso jornalístico, marcando os efeitos de uma fantástica narrativa entre o bem e o mal, e colocando em funcionamento uma posição-sujeito e os sentidos que lhe cabem, dados por um processo de interpelação ideológica.

É certo que não apenas tal polaridade é manifesta nas páginas dos órgãos de imprensa, mas quando a questão é reforma agrária, ela é mantida como regularidade e como forma de silenciar as desigualdades no país, de terra, de posse, de acesso e de poder. Assim, arremato o meu gesto de interpretação, sustentando que, nas páginas do discurso jornalístico, entretece-se uma narrativa de mil e uma noites com direito a seres salpicados de estigmas, a caricaturas densas e a tramas deformadas. Resta ao leitor esperar pelo próximo capítulo e, quiçá, esboçar um gesto de leitura e interpretação, que contemple os silêncios intervalares, as lacunas de retorno e ruptura da memória e os movimentos do sujeito, tão característicos do funcionamento da linguagem.

ABSTRACT: That article discusses, to the light of the Analysis of the Discourse of french filiation, as the senses are stabilized, broken and/or moved in the journalistic's discursive. Mobilizing the interdiscursive concepts and ideology, proposed by Michel Pêcheux, I interpret the same author's two texts, published in the newspaper "O Estado de S. Paulo" in the months of november and december of 2004.

Keywords: Subject; Ideology; Memory; Journalistic's discursive.

### Notas

<sup>1</sup> Projeto Individual de pesquisa FAPESP, Processo 04/14995-5.

<sup>2</sup> Todas as citações são retiradas do texto do autor, publicado no jornal O Estado de S.Paulo no dia 09/11/2004 sob o título de “Coração invadido”- ANEXO I

<sup>3</sup> O texto “O jogo dos sete erros” me foi enviado eletronicamente pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, da Unesp de Presidente Prudente.

<sup>4</sup> O uso de aspas indica recortes feitos no texto do autor Xico Graziano.

## Anexos

### (Anexo I) Coração invadido - Xico Graziano, O Estado de S. Paulo (09/11/04)

Dona Nise Borges, 78 anos, está desolada. Vive um pesadelo. Busca explicações, mas não encontra respostas que expliquem seu drama. Por que o MST invadiu sua propriedade rural? Poderia ser um latifúndio. Ledo engano. O pedaço de terra mede apenas 67 hectares, um mero sítio. Cercada por benfeitorias, representa o núcleo do sucesso familiar, construído durante décadas. Um patrimônio erguido com muito trabalho.

Tudo começou em 1939. Seu sogro, João Borges, aventurou-se rumo ao oeste paulista, na região de Araçatuba, adquirindo a gleba Santa Adélia, às margens do rio Tietê. Coberta com mata virgem, sem acesso rodoviário, a fazenda exigiu suor para ser desbravada.

A cultura do algodão, estimulada em decorrência da crise do café, dividiu inicialmente seus 5 mil hectares com as pastagens extensivas. Integrando pecuária com lavoura, a Fazenda Santa Adélia evoluiu nas mãos do Hélio, filho de seu comprador, com quem Dona Nise se casou. A partir dos anos 60, tornou-se uma agropecuária exemplar.

Passaram-se os anos. Em 1990, a CESP fechou as comportas da barragem de 3 Irmãos, no rio Tietê, inundando 40% da propriedade. Todas as antigas benfeitorias da fazenda submergiram no grande lago. Uma tristeza causada pelo progresso. Paciência.

Em 1994, Dona Nise e seu marido decidiram promover a divisão em vida da propriedade para os filhos. Cada qual tomou posse de 750 hectares, permanecendo comum uma modesta área, cercando as benfeitorias erguidas após a inundação. Local para terminar os dias juntos, em paz.

Tudo corria bem. Mas o destino aprontou uma peça. João, um dos filhos, teve uma diverticulite estourada no abdômen e se viu tomado pela septicemia. Quase morreu. Gastou uma fortuna para escapar do caixão. Como miséria pouca é bobagem, desentendeu-se com a esposa e enfrentou uma separação litigiosa. Coisa complicada.

Tempos depois, recebeu a visita do Itesp, o instituto de terras paulista. Técnicos vistoriaram sua propriedade e, inesperadamente, a classificaram como improdutivo, segundo as normas do Incra. Não podia ser verdade.

Desde então, nunca mais sossegou a família Borges. Enquanto o advogado da família labutava contra o governo, os técnicos do Itesp percorriam as demais glebas divididas. Em duas, o veredicto se assemelhou: reforma agrária nelas também.

Além dos azares da vida, no âmago dessa história se esconde uma grande injustiça. Relatá-la exporá um engodo, uma malandragem típica nos meandros da reforma agrária brasileira. É simples entender.

Os netos de João Borges tiveram suas fazendas classificadas como improdutivo porque o Itesp aceitou vergonhosa deturpação no laudo de avaliação técnica. Procedendo assim, desqualificando a produtividade no papel, as terras tornaram-se ociosas. Coisa inacreditável.

A fazenda do Fernando, o filho economista de Dona Nise, ilustra cabalmente a adulteração agrária. Lotada de gado da melhor qualidade, pastagens divididas com modernas cercas elétricas, manejo rotativo do rebanho, tudo refletindo uma modelar exploração agropecuária. Nada disso valeu. A ideologia falou mais alto que a agronomia.

Só escapou do ímpeto agrarista a fazenda do Roberto, agrônomo dos melhores, formado na Esalq, em Piracicaba. O que lhe salvou não foi sequer a técnica, de resto primorosa. Mas sim os remanescentes de mata virgem, espalhados pela fazenda. A ecologia botou espanto na maledicência do Itesp.

Os laudos de vistoria, todos, estão sendo contestados judicialmente. Mas o estrago já foi feito, e o MST não dorme no ponto. Mobilizou os assentados do projeto Esmeralda, perto dali, organizando a invasão do sítio da Dona Nise. O gesto funciona como válvula de pressão sobre o governo. O movimento quer, mesmo, a terra dos filhos dela.

Certas histórias, para serem críveis, exigem o rigor da minúcia. Somente conhecendo detalhes técnicos do laudo elaborado pelo Itesp pode-se aquilatar, devidamente, o tamanho do equívoco cometido. Erro nas contas de matemática, sumiço da área de preservação florestal, soma das praias da Cesp na área de pasto da fazenda, e por aí vai. Uma barbaridade.

Infelizmente, procedimentos tortuosos tornam-se regra no deformado processo da reforma agrária. Normas técnicas sucumbem às ações políticas. Em nome da justiça social, ergue-se uma podridão, alimentada por uma patota disfarçada de esquerda radical.

Na falta dos verdadeiros latifúndios, assim, no papel, se fabricam as propriedades improdutivas destinadas atualmente para a reforma agrária. Quando não, desapropriam-se terras distantes, de péssima qualidade, arenosas, pedregosas, com fortes restrições de uso.

Propriedades bem exploradas, quase sempre com pecuária de corte, caem na mira dos justiceiros agrários e são derrotadas nas mentirosas contas da avaliação. Isso explica porque a maioria das áreas destinada aos assentamentos rurais apresenta, hoje, menor produtividade que outrora. Quer dizer, a reforma agrária eleva, ao invés de reduzir, a ociosidade da terra.

Proprietários de vários cantos do país começaram a denunciar os agrônomos fajutos para o Crea, solicitando a cassação de seus diplomas. Afinal, a causa política que defendem não pode subjugar o juramento profissional que fizeram. Em Uberlândia, o alvo está no Incra. Em Araçatuba, no Itesp.

Quem reclama são os próprios agrônomos dos órgãos de governo, os corretos, que se envergonham das falcatruas ideológicas cometidas pelos seus colegas. Para eles, reforma agrária exige planejamento, não fraude.

A credibilidade das instituições está sendo atingida no fígado com essas denúncias. Para a Dona Nise, invadida pelo MST, é o coração que sofre. Uma dor que macula uma história de vida.

### **(Anexo II) Barril de pólvora - Xico Graziano, O Estado de S. Paulo (07/12/04)**

Na Califórnia brasileira, como se denomina a região de Ribeirão Preto, existe uma única propriedade rural cujas matas nativas ultrapassam a reserva legal de 20%. Essa raridade ecológica se chama Fazenda da Pedra.

Seus maciços florestais, oito deles, somam 308 hectares. Fora a área de preservação permanente, nas várzeas do Rio Pardo, que compõem mais 130 hectares. Ao todo, 28,4% da área da fazenda se encontra preservada. Uma jóia ambiental.

Pois bem, essa propriedade se encontra invadida pelo MST. A reintegração de posse, concedida pela Justiça, não consegue ser cumprida pela Polícia Militar. E nela ninguém entra. Toda cercada, gente armada de facões, cancelas improvisadas. Parece filme de banguê-bangue.

É inacreditável. No centro da agricultura mais evoluída, ocorre um festival de horrores que não tem paralelo na questão agrária nacional. Primeiro, a questão ambiental. Suprema ironia: o zelo com as matas nativas não isentou a Fazenda da Pedra da saga agrarista. Ao contrário, a maior acusação que fazem seus algozes reside em seu suposto passivo ambiental. Vejam por quê.

Em 1993, o então arrendatário da fazenda realizou a topografia da exploração. Medida no chão, como se diz, a área resultou menor que a declarada na escritura. Em decorrência, as florestas existentes suplantaram a reserva legal obrigatória, estabelecida em 20% da área total. Assim, o infeliz decidiu, sem autorização prévia, derrubar um pedaço da mata virgem. Recebeu, justamente, uma multa.

Rompido, logo em seguida, o contrato de arrendamento, a multa permaneceu sem pagamento. Agora, dez anos depois do incidente, a fazenda é acusada pela turma do MST de descumprimento da função social da propriedade, no capítulo ambiental. Um argumento malandro.

Em segundo lugar, o aspecto produtivo. Há 30 anos a fazenda serve à exploração de cana-de-açúcar. Em 1999 a usina deixou de receber sua matéria-prima, passando a terra a ser cultivada com soja e cereais. Instigado pelos justiceiros agrários a desapropriar o imóvel, o Incra promoveu sua vistoria em 2000.

O que aconteceu se parece, desta vez, com molecagem. Os técnicos do governo percorreram a fazenda bem na época da entressafra, quando o solo, em descanso, se cobria de mato. Visto que o arrendatário não dispunha de nota fiscal da venda de sua produção anterior, concluíram, simplesmente, que lá nada se produzia. Virou latifúndio no papel.

Quando, em 2001, um empresário de Sertãozinho adquiriu a Fazenda da Pedra, não imaginava que estivesse entrando num inferno astral. Surgiu a terceira maledicência: especulação imobiliária.

Ocorre que a fazenda se localiza às margens da Rodovia Anhangüera, praticamente dentro da cidade de Ribeirão Preto. Vários loteamentos urbanos se espalham ao redor, tornando-a valiosíssima. Esta é, de fato, uma das razões que levaram à sua última, e cara, aquisição. Na ótica do MST, negócio bichado.

Cada hectare ali vale, por baixo, R\$ 30 mil. Na conta dos invasores, cada qual deverá receber 12 hectares, um quinhão que custaria R\$ 360 mil ao povo brasileiro. Será o recorde mundial da reforma agrária. Um escândalo financeiro.

Em quarto lugar, poder-se-ia supor que os invasores fossem trabalhadores rurais dispostos a repartir, eles também, os frutos do agronegócio. Vã ilusão. Boa parte dos supostos sem-terra se compõe de desempregados urbanos, pobres coitados, iludidos pela cantilena pseudo-

revolucionária do MST. É o caso do Edilson, mineiro, 13 anos trabalhando em firma de segurança, parado há dois anos. Talvez uma terrinha lhe resolva a vida.

Mas essa deformação fica pequena quando se observa a enorme quantidade de oportunistas imiscuídos entre os invasores. Só vindo para acreditar. Encontram-se lá a Tereza, dona de pizzeria no Jardim Independência, ao lado de seu irmão, Zé Barbosa, carro Pálio novo; a Clarisse, cuja pequena frota de vans serve aos líderes do movimento; o Luís, funcionário da Febem; o Alemão, que toca um bar ali perto... Haja idealismo!

Quinto: o líder da invasão pode ser sem-terra, mas não vive sem carro. Ostenta uma caminhonete Chevrolet D 20, cabine dupla. Um sonho de consumo de milhões de trabalhadores "com terra", os tradicionais sitiantes brasileiros. Um escárnio.

É incrível. Cerca de cem veículos foram contados dentro da área invadida. Quem nunca viu não acredita: os barracos de lona preta se erguem trazendo ao lado a garagem para a condução. Nunca se viu isso: exclusão social motorizada!

Acabou? Não ainda. Aqui vai o pior. A maior das barbaridades é um escândalo jurídico. Quem, de fato, comanda o movimento, é o promotor público de Ribeirão Preto. Isso mesmo, o homem pago para fazer valer a lei é que incita ao crime do esbulho. "Podem invadir, que o Lula vai assinar o decreto logo", declara solenemente, para júbilo dos incautos. Uma temeridade.

Até os maiores radicais do PT sabem que, por força de MP, terra invadida não pode ser desapropriada. Lutam para derrubar a norma que freia, corretamente, o processo de invasão. O promotor desconhece. Ou se finge de bobo.

O que se verifica na terra do ministro Palocci não tem paralelo na história dos conflitos agrários. O clima de impunidade que acomete o campo, a Nação assistindo à Constituição sendo rasgada por bandidos sociais, está-se agravando. O promotor ergue, a la Robespierre, um barril de pólvora. Parece castigo para o impoluto Ministério Público. Um terror para a democracia.

Xico Graziano, agrônomo, foi presidente do Incra (1995) e secretário da Agricultura de São Paulo (1996-98). E-mail: [xicograziano@terra.com.br](mailto:xicograziano@terra.com.br)

### Referências bibliográficas

ARBEX, J. *Showrnlismo - a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. 289p.  
GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais - morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 281p.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Organon 35, vol 17, 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003. 100p.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 189p.



\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento as formas do discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1996. 276p.

PÊCHEUX, M. *O discurso estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997. 68p.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 317p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*. *Langages*, n.37, p.7-80, Paris, mars 1975. Trad. Bras. GADET, F; KAK. T. (org.) Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

ROMÃO, L. M. S. Tramas do discurso, luzes da memória. *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Organon 35, vol 17, 2003.

\_\_\_\_\_. S. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Ribeirão Preto, 2002. 310f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

SIVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002. 302p.